Despacho n.º 674/2019

Nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 49.º e atento o disposto no artigo 44.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, concedo a medalha dos feridos em campanha ao Ex-Soldado, NIM 10865371, José da Cruz Ramos Jorge.

27 de novembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311911814

Despacho n.º 675/2019

Nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 49.º e atento o disposto no artigo 44.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, concedo a medalha dos feridos em campanha ao Ex-Soldado, NIM 08596470, Manuel Pereira da Silva.

27 de novembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311911903

Despacho n.º 676/2019

Nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 49.º e atento o disposto no artigo 44.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, concedo a medalha dos feridos em campanha ao Ex-Soldado, NIM 13819073, Carlos da Silva Correia.

27 de novembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311911758

Despacho n.º 677/2019

Nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 49.º e atento o disposto no artigo 44.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, concedo a medalha dos feridos em campanha ao Ex-Furriel Miliciano, NIM 11119371, José Duarte Martins.

27 de novembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311911717

Despacho n.º 678/2019

Nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 49.º e atento o disposto no artigo 44.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, concedo a medalha dos feridos em campanha ao Ex-Alferes Miliciano, NIM 14188471, Fernando Augusto Ribeiro de Sousa.

27 de novembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311911677

Despacho n.º 679/2019

Nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 49.º e atento o disposto no artigo 44.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, concedo a medalha dos feridos em campanha ao Ex-Soldado, NIM 01553171, Manuel de Oliveira Magalhães.

27 de novembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311911888

Despacho n.º 680/2019

Os termos da contratação de cidadãos portugueses pelas Forças dos Estados Unidos da América estacionadas na Região Autónoma dos Açores são regulados pelo Acordo Laboral que é parte integrante do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 72/95, de 11 de outubro, e aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia

da República n.º 38/95, de 11 de outubro, e alterado pelo Decreto do Presidente da República n.º 63/2010, de 9 de junho, e pela Resolução da Assembleia da República n.º 54/2010, de 9 de junho.

Nos termos do artigo 14.º daquele Acordo Laboral, é criada uma comissão laboral com a finalidade de assegurar a sua correta aplicação, assim como do respetivo Regulamento do Trabalho e de atuar como órgão de consulta regular entre as Partes.

Considerando que o n.º 3 do artigo 14.º refere que a comissão laboral será composta por não mais de três representantes, incluindo um especialista em relações laborais, designados por cada Parte e que a técnica superior Maria Leticia Pereira Sabino Martins Bairrada, da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPND), membro desta comissão laboral com funções de coordenação, deixou de exercer funções na DGPND desde 21 de outubro de 2018.

Determino, nos termos do n.º 3 do artigo 14.º do Acordo Laboral que é parte integrante do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 72/95, de 11 de outubro, e aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 38/95, de 11 de outubro, e alterado pelo Decreto do Presidente da República n.º 63/2010, de 9 de junho, e pela Resolução da Assembleia da República n.º 54/2010, de 9 de junho:

1 — Nomear a Diretora de Serviços da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, Licenciada Isabel Maria Vargas de Sousa Miguel Elias da Costa, como membro da comissão laboral, com funções de coordenação.

2 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

28 de novembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311911628

Despacho n.º 681/2019

Considerando que o Exército Português tem por missão principal participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos do disposto na Constituição e na lei, sendo fundamentalmente vocacionado para a geração, preparação e sustentação de forças da componente operacional do sistema de forças;

Considerando que para garantir a sustentação e contínua operacionalidade das Viaturas Blindadas de Rodas (VBR) 8x8 Pandur II, existe a necessidade de executar tarefas de manutenção preventiva e de manutenção corretiva, sendo que muitas destas tarefas passam por desmontar, avaliar e reparar os conjuntos principais das viaturas, conferindo-lhe uma condição de operacionalidade de «Como Novo» (Manutenção de Nível III);

Considerando que a empresa General Dynamics, European Land Systems — Steyr (GDELS-Steyr) é a única fabricante e detentora dos direitos das VBR 8x8 Pandur II fornecidas a Portugal e neste sentido é também a única empresa habilitada para prestar serviços de Manutenção de Nível III no que respeita a esta tipologia de viaturas;

Considerando que a Lei de Programação Militar, aprovada pela Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio, contempla verbas para a sustentação das viaturas VBR 8x8 Pandur II na Capacidade Sustentação Logística da Força Terrestre;

Considerando ainda o teor do Parecer n.º 2029, de 16 de novembro, da Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional;

Assim, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei de Programação Militar (LPM), aprovada pela Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio, pelos artigos 36.º, 38.º e 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 19 de janeiro, na sua redação atual, aplicável por remissão do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, e artigos 44.º e 46.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, determino o seguinte:

1 — Autorizo a realização da despesa tendo em vista a celebração de um contrato de prestação de serviços de apoio técnico de manutenção de nível III, para as VBR 8x8 Pandur II, até ao montante máximo de 1.631.560,99 € (um milhão seiscentos e trinta e um mil quinhentos e sessenta euros e noventa e nove centimos), valor ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável, a financiar através das verbas inscritas na Lei de Programação Militar na Capacidade Sustentação Logística da Força Terrestre, projeto Sustentação das VBR 8x8 Pandur II.

2 — Autorizo a adoção do procedimento por negociação sem publicação de anúncio de concurso, para a aquisição dos referidos serviços, nos termos do disposto na alínea e) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, mediante convite à apresentação de proposta a endereçar à empresa General Dynamics, European Land Systems — Steyr (GDELS-Steyr), por esta ser a única fabricante e detentora dos direitos sobre as VBR 8x8 Pandur II fornecidas a Portugal.

3 — Os encargos resultantes da referida aquisição não podem exceder, em cada ano económico, os seguintes montantes, aos quais acresce o IVA à taxa legal aplicável:

- a) 2018 — 440.240,65 €;
- b) 2019 — 594.553,67 €;
- c) 2020 — 596.766,67 €.

4 — O montante fixado no número anterior para cada ano económico é acrescido do saldo apurado na execução orçamental do ano anterior, nos termos do n.º 4 do artigo 7.º da Lei de Programação Militar, a afetar à mesma capacidade e projeto até à sua integral execução.

5 — Delego no Chefe de Estado-Maior do Exército, General José Nunes da Fonseca, com faculdade de subdelegação, nos termos do n.º 1 do artigo 44.º e artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), conjugado com o n.º 1 do artigo 109.º do CCP, a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito do procedimento em questão, nomeadamente a competência para:

- a) Aprovar as peças do procedimento e praticar os demais atos necessários à condução do procedimento de contratação até à sua conclusão, incluindo a adjudicação e outorga do contrato;
- b) Exercer os poderes de conformação da relação contratual, a que se referem as alíneas a) e b) do artigo 302.º do CCP;
- c) Autorizar os pagamentos devidos nos termos contratualmente previstos.

6 — O Exército deverá ainda enviar ao meu Gabinete, com conhecimento à Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, cópia do contrato que vier a ser celebrado, e proceder à inserção dos respetivos elementos no Sistema de Gestão de Projetos.

7 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

30 de novembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311911928

Despacho n.º 682/2019

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo IV do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, ratificado pela Resolução da Assembleia da República n.º 38/95, de 11 outubro, segundo o qual «Portugal concede aos Estados Unidos da América, nos termos do Acordo Técnico das Lajes, que é parte integrante do presente Acordo, a autorização para a utilização e manutenção das instalações necessárias à condução de operações militares, bem como para o trânsito de aviões militares dos Estados Unidos da América pela Base das Lajes»;

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo IX do referido Acordo Técnico, nos termos do qual é criada uma comissão técnica com a finalidade de «facilitar a implementação deste Acordo»;

Considerando que o n.º 2 do artigo IX do Acordo Técnico refere que a «comissão técnica [...] será constituída por representantes do Ministério da Defesa de Portugal e do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, terá um coordenador, nomeado por cada uma das partes, podendo-lhes ser agregados, por designação do coordenador, outras individualidades, sempre que a natureza do trabalho o justifique»;

Considerando a necessidade de nomear um novo representante da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional para a referida comissão técnica;

Assim, nos termos do artigo IX do Acordo Técnico que é parte integrante do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, ratificado pela Resolução da Assembleia da República n.º 38/95, de 11 outubro, e tendo como referência o n.º 1 do Despacho n.º 9635/2000, de 20 abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 108, de 10 de maio de 2000, que estabelece a composição da delegação portuguesa da Comissão Técnica, determino o seguinte:

1 — Nomear a Engenheira Maria do Rosário Dionísio Mendonça Mendes como membro da Comissão Técnica, na qualidade de representante da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, com funções de coordenadora, em substituição da Arquitecta Rita Martins Barata Cabral.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de dezembro de 2018.

4 de dezembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311912008

Despacho n.º 683/2019

Nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 49.º e atento o disposto no artigo 44.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado

pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, concedo a medalha dos feridos em campanha ao Ex-2.º Sargento Miliciano, NIM 05149764, Manuel Torres Maltez da Costa.

5 de dezembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311912057

Despacho n.º 684/2019

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2018, de 7 de fevereiro, autorizou despesas para o ano de 2018 com a prevenção e o combate aos incêndios. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2018, de 30 de abril, autorizou a realização de despesas com a prevenção e o combate aos incêndios e desagregou pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, pela Marinha, pelo Exército e pela Força Aérea a despesa que foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2018, de 7 de fevereiro, determinando o recurso ao procedimento pré-contratual de ajuste direto, para efeitos da formação dos contratos relevantes, e a dispensa de recurso à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.

Dado que a subdelegação de competências, determinada pelo Despacho n.º 5419/2018, de 3 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 105, de 1 de junho de 2018, caducou, por força do disposto na alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, cumpre aprovar nova subdelegação de competências.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos e nos n.ºs 8 e 12 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2018, de 30 de abril, determino o seguinte:

1 — Subdelego, com faculdade de subdelegação:

a) No Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, a prática dos atos previstos na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do Despacho n.º 5419/2018, de 3 de maio;

b) No Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante António Maria Mendes Calado, a prática dos atos previstos na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do Despacho n.º 5419/2018, de 3 de maio;

c) No Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Nunes da Fonseca, os atos relativos previstos na alínea c) do n.º 1 e no n.º 2 do Despacho n.º 5419/2018, de 3 de maio;

d) No Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Manuel Teixeira Rolo, os atos relativos previstos na alínea d) do n.º 1 e no n.º 2 do Despacho n.º 5419/2018, de 3 de maio.

2 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura, ficando por este meio ratificados todos os atos praticados que se incluam no âmbito desta delegação de competências e que tenham sido praticados desde o dia 15 de outubro de 2018.

12 de dezembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311912065

Portaria n.º 77/2019

Louvo, por proposta do Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, o Coronel de Artilharia, NIM 12282686, António Alberto Crispim Paradelo, pela forma muito digna, dedicada e competente como exerceu as suas funções de Assessor na Direção de Serviços de Planeamento Estratégico de Defesa (DPED) da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), ao longo de cerca de seis anos e meio.

Detentor de um excelente conhecimento sobre o processo de planeamento estratégico de defesa e tendo a incumbência de acompanhar, analisar e participar no processo e respetivo ciclo de Planeamento de Defesa Militar com vista à edificação de capacidades, é de realçar a sua determinação e a forma cuidada e exigente como garantiu a articulação e a coerência das prioridades estratégicas superiormente definidas, com o interesse nacional, no quadro do processo de planeamento de defesa da NATO/NDPP e os correspondentes mecanismos de desenvolvimento de capacidades estabelecidos pela União Europeia (UE). As suas propostas e recomendações, e a forma extremamente cuidada e eficiente como apoiou a Direção nas reuniões e trabalhos do Grupo de Acompanhamento de Planeamento de Defesa/GAPD, em muito contribuíram para a excelente imagem e credibilidade da DGPDN.

É justo reconhecer e salientar, igualmente, o excecional zelo e aptidão para bem servir nas mais diversas circunstâncias, sendo de enaltecer a sua ação e os seus contributos no sentido de garantir o interesse do Estado na Política Comum de Segurança e Defesa da UE, nomeadamente no desenvolvimento e implementação da Estratégia Global e da Estratégia Marítima, elaborando relatórios, pareceres e recomendações relativamente às suas repercussões, riscos e oportunidades para a defesa nacional.